

ATA DE REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO FISCAL GEFE-RJ

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Tipo/Nº/Ano: Ordinária - nº 004 / 2017

Objetivo: Relatar e programar o andamento das ações em nível nacional e estadual

Duração: 10h às 12:30h - Data: 10/08/2017

Local: Av. Erasmo Braga, 118/5º andar – Escola Fazendária

REPRESENTANTES PRESENTES

SEFAZ-RJ: Cecília Goia, Joana Alves, Viviane Azevedo, Lucia Palazzo, Gustavo Nevares, Nelson Antunes

RFB: Angela Novaes

CGU: Lidiênio Menezes

PGFN: Marcelo Maia

CENTRESAF: Tânia Danielle Pinheiro

TCE: Jones Pelech

SEEDUC: Rogério Moura

I. PAUTA:

1. A reunião se iniciou com a divulgação do curso sobre Tributação, Orçamento e Coesão Social, realizado pela ESAF, voltado para o público universitário e que terá início em 4 de setembro. Joana Alves solicitou aos membros do Grupo que caso possuíssem contato com universidades, professores universitários e/ou alunos universitários, que divulgassem, pois foram disponibilizadas ao Estado do Rio de Janeiro 100 vagas no curso.
2. Dando sequência à pauta, Joana falou sobre a segunda edição do curso DEF, do ano de 2017, que será realizada a partir do dia 11 de setembro, com 80 vagas para o Estado do Rio de Janeiro. Como a prioridade do curso é para professores, foi solicitado ao representante da SEEDUC, Rogério Moura, que o curso fosse divulgado no portal do professor da rede estadual de ensino, conforme realizado na primeira edição do ano. Rogério explicou que como as inscrições estariam abertas apenas a partir do dia 14 de agosto, a assessoria de comunicação preferiu divulgar a partir do fim de semana que antecede o início das inscrições.
3. A respeito da solicitação de representante no GEFE-RJ do município de Rezende, foi explanado ao Grupo, que um ofício já havia sido enviado à Prefeitura, mas que ainda não houve retorno por parte do município.
4. Sobre a proposta para que as reuniões retornassem às segundas terças-feiras do bimestre, a representante da Receita Federal, Ângela Novaes, solicitou que se fosse necessário alterar, que não ocorresse às terças, uma vez que ela possui uma atividade fixa na Receita, toda terça. Indicou então, que as reuniões fossem às quartas, já que quinta tem sido um dia, no qual, alguns representantes têm tido dificuldade para comparecer. Decidiu-se que seria feita uma consulta por e-mail a todos os representantes, a fim de definir os dias de reunião.

5. No que tange à preparação do projeto Cidade Constitucional, houve a confirmação da participação da Receita Federal, e da CGU, que já havia confirmado por e-mail, e ratificou a participação. O TCE-RJ necessita de um e-mail formalizando o convite, para poder confirmar participação, assim como a PGFN, que também solicitou convite por e-mail. Em relação ao TCMRJ, Cecília Goia, diretora da Escola Fazendária, e coordenadora do GEFE-RJ, está entrando em contato com os responsáveis pela área de controle social da instituição, assim como, com os representantes da instituição no GEFE-RJ para conseguir confirmar a sua participação.
6. Para encerrar a reunião, os representantes da campanha dos servidores da Secretaria de Fazenda, 'Exija a Nota Fiscal', que haviam solicitado espaço na reunião para apresentar a campanha aos representantes do GEFE-RJ, solicitaram auxílio na divulgação da mesma e sugestões de ações para essa divulgação.

II. Deliberações:

1. No que diz respeito à campanha 'Exija a Nota Fiscal', os auditores fiscais da receita estadual, Lucia Palazzo, Superintendente de Planejamento e Fiscalização e Gustavo Nevares, Subsecretario Adjunto Estratégico de Receita, além do Analista da Fazenda Estadual, Nelson Antunes, Diretor de Comunicação da ANAFERJ, apresentaram os objetivos da campanha, que pretende sensibilizar a sociedade sobre o direito e a importância de exigir o documento fiscal no ato da compra como forma de evitar a sonegação, aumentar a arrecadação do Estado, e conseqüentemente, a melhoria das políticas públicas.
2. Por ser um objetivo comum à Educação Fiscal, e ao GEFE-RJ, os representantes das instituições presentes, após se apresentarem e ouvirem à explanação sobre a campanha, iniciaram um debate com a finalidade de estabelecer a melhor forma de divulgar a campanha à sociedade e aos servidores de cada instituição.
3. A representante da Receita Federal, Ângela Novaes, comunicou que o órgão possuía projeto com a Companhia Docas, para alunos universitários, e que poderia ser uma oportunidade para tratar do assunto, uma vez que um público expressivo estaria presente.
4. Já o representante do TCE-RJ, Jones Pelech, acredita que para alterar a cultura do cidadão, e o mesmo começar a solicitar o documento fiscal, é necessário possuir um benefício, como desconto no IPVA, prêmios, ou devolução em dinheiro, como realizado no Estado de São Paulo. O auditor fiscal Gustavo Nevares explicou que há projeto de lei em trâmite na ALERJ com essa temática, mas que devido à crise do Estado, não há tempo hábil para aguardar a aprovação do mesmo, que é necessário agir e incentivar que seja exigida a impressão do documento fiscal, como uma nova cultura.
5. Aproveitando a oportunidade de tratar sobre o assunto, Jones questionou se, ao realizar as compras via cartão de crédito, a SEFAZ possuiria fácil acesso aos dados das operadoras de cartão para verificar eventuais sonegações das empresas. Nelson Antunes sanou a dúvida respondendo que apesar de o canhoto do cartão permitir o cruzamento futuro de informações, evitando, assim, a sonegação, não é a melhor opção, já que depende de uma ação reativa da fiscalização e pode levar anos para os recursos chegarem aos cofres

- públicos. Sendo complementado por Lucia Palazzo, que não gerava receita imediata, como ocorria com a exigência da impressão do documento fiscal, ou seu envio por SMS ou e-mail.
6. Rogério Moura, representante da SEEDUC, lembrou que na década de 90 havia campanha na mídia com temática parecida. E questionou o porquê não realizar ação semelhante hoje em dia, já que possuíamos diversos meios de comunicação disponíveis, como redes sociais, por exemplo. Gustavo e Lucia concordaram que seria a melhor forma de alcançar a população, através da mídia, mas que quando a campanha foi iniciada, e divulgada para os meios de comunicação, apenas o jornal O Dia publicou uma nota, e conseguiram que fosse divulgado em dois jogos do Flamengo do Campeonato Brasileiro. Que infelizmente, a mídia não se interessa por esse tipo de pauta.
 7. Joana Alves, representante da SEFAZ-RJ no GEFE-RJ e diretora da Divisão de Educação Fiscal na Escola Fazendária, levanta a possibilidade de se realizar palestras nas escolas estaduais, uma vez que os jovens estão em plena formação cidadã, e seria o melhor público a ser trabalhado com o objetivo de mudar o hábito, e solicitar o documento fiscal. Rogério concorda que apenas fixar cartazes com os objetivos da campanha não traz interesse dos jovens, que eles precisam entender a importância, e que palestras ou rodas de debates são as melhores formas de levar o tema aos alunos. Gustavo explica que a campanha é de servidores que se voluntariaram para a sua realização e que eles conciliam as atividades que exercem na Secretaria, com as atividades exigidas na divulgação da campanha, não possuindo servidores disponíveis para realizar as palestras ou rodas de debates nas escolas. Mas que caso acontecesse algum evento da Educação Fiscal, poderia tentar conciliar a agenda.
 8. Numa tentativa de alcançar o público jovem, Lucia sugeriu que fosse realizada uma capacitação dos jovens aprendizes da FIA, levando até eles informação sobre a importância da solicitação do documento fiscal na realização de compras, principalmente. Cecília verificará esta possibilidade, uma vez que em outra ocasião, na tentativa de capacitar os “FIA’s” para o desenvolvimento do trabalho, foi negado esse direito à Escola Fazendária, uma vez que é atribuição da Fundação da Infância e Adolescência.
 9. Como alternativa para divulgar a campanha, sem necessitar da presença física dos envolvidos, Ângela Novaes, sugeriu que fossem enviados o material de divulgação da campanha a cada um dos representantes do GEFE-RJ para pudesse ser disponibilizados aos servidores destas instituições. Apesar de as instituições não serem em sua totalidade do Estado do Rio de Janeiro, seus servidores são residentes no Estado do Rio de Janeiro, e poderiam colaborar com o aumento da arrecadação estadual, ao solicitar a emissão do seu documento fiscal.
 10. Voltando à temática da mídia como melhor forma de atingir a população, a auditora fiscal e representante da SEFAZ-RJ no GEFE-RJ, Viviane Azevedo, questiona se não seria possível criar uma conta do GEFE-RJ na mídia social Facebook, de forma não institucional, ou seja, sem ter ligação com a SEFAZ ou qualquer outro órgão que compõe o GEFE, mas como possibilidade de atingir a população e os alunos do ensino médio, já que todos possuem uma conta na rede social. A diretora da Escola Fazendária e Coordenadora do GEFE-RJ, Cecilia Goia verificará esta possibilidade junto à Subsecretaria Geral.

- 11.** Cecília também sugere que a campanha seja indicada como pauta ao programa de entrevistas do TCE-RJ na TV Alerj. Desse modo, será possível falar sobre a campanha à população e, posteriormente, o vídeo com a entrevista poderá ser disponibilizado no portal da Educação Fiscal, e, ainda, utilizado na divulgação da campanha.
- 12.** Ficou deliberado que os idealizadores da campanha 'Exija a Nota Fiscal' enviarão o material de divulgação para o Grupo, que poderão divulgar entre os servidores de suas instituições, além de amadurecer ideias sobre ações que poderão ser realizadas com todas as instituições do GEFE-RJ, em prol da sociedade.

- Data prevista para a próxima reunião: 05 de outubro de 2017.